

## / PALAVRA DO LEITOR

## Aeroporto de Ijuí

O Aeroporto Municipal João Batista Bos Filho, em Ijuí, tem funcionamento 24 horas, pista asfaltada e balizamento noturno, atendendo diariamente operações da aviação executiva, aeromédica, militar, de instrução e agrícola (Caderno Mapa Econômico do RS, edição de 11/06/2026). Várias cidades do Noroeste gaúcho estão brigando entre si com seus aeroportos e nenhum está vingando de verdade. Isso acontece em Santa Rosa, Santo Ângelo e Ijuí. Poderiam apostar em apenas um aeroporto. (Pedro Ferreira)



## Aeroporto de Ijuí II

Com 23 metros de largura, o Aeroporto de Ijuí não recebe nem aviões do modelo ATR 72. A pista com 1.280 metros é curta, o que limita a operação. (Vicente Seppi Bresolin)

## Aviação

A Associação Internacional de Transportes Aéreos (Iata) estima que o Brasil tem potencial para produzir em torno de 12 milhões de toneladas de combustível sustentável de aviação, o SAF, até 2030 - volume superior à própria demanda nacional - e cerca de 60 milhões até 2050 (JC, 07/06/2026). Os estudos e projetos com o SAF ainda estão muito tímidos no Brasil, e são mais da iniciativa privada do que do governo federal. (Daniela Garcia Giacobbo)

## Comércio Exterior

A confirmação do veto da União Europeia (UE) à importação de carnes, mel, peixes e outros produtos de origem animal produzidos no Brasil acendeu um sinal de alerta no agronegócio gaúcho, que cobra medidas para evitar as perdas (JC, 08/06/2026). Quando o governo impõe regras sanitárias, reclamam e clamam pela liberdade. Quando acontece isso, querem solução do governo. Não se pode esquecer que a Europa não vai comprar carne de zonas desmatadas. Quando o governo tenta combater o desmatamento para criação bovina, protestam. Com o veto da UE às exportações de produtos brasileiros, sobrarão mais carne para a população do País. (Augusto Bilhalva Goulart)

## Comércio Exterior II

O veto da União Europeia às exportações de produtos brasileiros não é novidade. A Europa, sempre que se sente ameaçada pelo Brasil, cria um empecilho. O protecionismo europeu desenvolve novos certificados ou validações para desmerecer qualquer produto brasileiro. A França sempre dominou essa frente. Está na hora do brasileiro se valorizar e enxergar essas manobras absurdas. O produto brasileiro é de qualidade, o País tem que se valorizar e mostrar que temos coisas muito boas. Quem já viajou para a Europa sabe que em qualidade não perdemos, lá há muito marketing positivo, algo que o brasileiro faz ao contrário, pois gosta só de divulgar as desgraças. (Rafael Feijó Fonseca)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é "Artigo" ou "Palavra do Leitor". Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

## / ARTIGOS

## Brasília: não deixe o rio do agro secar

Fernanda Barth

Quando o campo perde fôlego, não é apenas o produtor rural que sofre. A conta chega à mesa das famílias, ao comércio das cidades, à arrecadação dos municípios e à capacidade do Brasil de seguir produzindo. Depois de safras comprometidas, eventos climáticos severos, juros altos e crédito mais restrito, milhares de produtores chegam a um limite perigoso: precisam renegociar para continuar plantando.

É nesse contexto que a aprovação, no Senado, do PL 5.122/2023 representa uma resposta necessária e responsável. Ele cria uma linha especial de financiamento para produtores afetados por eventos climáticos, com uso de recursos do Fundo Social do Pré-Sal, juros diferenciados e prazo de pagamento de até 10 anos, com possibilidade de ampliação em situações específicas.

Não se trata de favor. Trata-se de preservar a capacidade produtiva de quem sustenta uma parte essencial da economia brasileira. O endividamento rural deixou de ser um problema isolado de propriedade ou de safra. Tornou-se um risco sistêmico, especialmente em estados como o Rio Grande do Sul, que enfrentaram estiagens, enchentes e sucessivas perdas nos últimos anos.

A securitização dá previsibilidade a quem perdeu acesso ao crédito, reorganiza passivos e impede que a crise financeira no campo se transforme em quebra produtiva. Para o pequeno produtor, pode significar permanência na atividade. Para o médio, a chance de recuperar capacidade de investimen-

to. Para o grande, estabilidade em cadeias que movimentam empregos, logística, indústria, serviços e exportações.

Por isso, preocupa a resistência do governo federal à proposta sob o argumento exclusivo do impacto fiscal. Responsabilidade com as contas públicas é indispensável, mas não pode ser confundida com indiferença. Deixar o produtor sem alternativa também tem custo - e ele aparece na redução da produção, no encarecimento dos alimentos, na inadimplência, na perda de renda e no enfraquecimento das economias locais.

Com a aprovação no Senado, a responsabilidade volta agora à Câmara dos Deputados. O Parlamento precisa tratar o tema com seriedade, sem adiar uma solução que o campo espera há tempo demais. O Rio Grande do Sul sabe, mais do que ninguém, que quando a produção rural quebra, toda a sociedade sente.

O campo fez a sua parte. Agora, Brasília precisa fazer a sua: garantir segurança, crédito e horizonte para quem produz. Não deixem o rio do agro secar.

Jornalista, cientista política e vereadora de Porto Alegre

## Automação versus 6x1

Suzana Vellinho Englert

O debate sobre o fim da jornada no modelo 6x1 tem mobilizado diferentes setores da sociedade e, despertado reflexões importantes sobre a busca por melhores condições de trabalho e qualidade de vida para os trabalhadores brasileiros.

A discussão ganha força em um contexto em que a sociedade passa a valorizar cada vez mais o equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Trata-se de um objetivo legítimo, que merece atenção. Afinal, promover ambientes de trabalho mais saudáveis e jornadas, é um avanço desejado por trabalhadores, empresas e pela própria sociedade.

No entanto, qualquer alteração na legislação trabalhista, precisa ser conduzida com responsabilidade, planejamento e amplo diálogo entre todos os envolvidos. Mudanças estruturais no mercado de trabalho, produzem impactos que vão muito além das relações entre empregadores e empregados, afetando diretamente a competitividade das empresas, a geração de empregos e o crescimento econômico.

Quando novas obrigações elevam significati-

vamente os custos de contratação, muitas empresas passam a buscar alternativas para manter sua produtividade e sustentabilidade financeira. Nesse cenário, observa-se um avanço cada vez maior no uso de tecnologias capazes de substituir determinadas funções operacionais.

Para muitos empreendedores, especialmente os de pequeno porte, existe uma crescente sensação de insegurança em relação à contratação de mão de obra humana. O receio é que o aumento dos custos trabalhistas torne mais vantajoso investir em processos automatizados do que ampliar equipes, reduzindo oportunidades de emprego.

Segmentos empresariais têm manifestado preocupação com os possíveis impactos econômicos de uma eventual redução da jornada sem a correspondente adaptação das regras produtivas. A medida pode elevar os custos operacionais, especialmente nos setores de comércio, serviços, indústria e agronegócio, que dependem de escalas contínuas de trabalho e enfrentam margens de rentabilidade cada vez menores e mais pressionadas.

Diante desse cenário, o desafio está em encontrar um ponto de equilíbrio. O debate não deve ser tratado como uma disputa entre trabalhadores e empresários, mas como uma construção coletiva que considere os interesses de todos os agentes econômicos e sociais.

Consultora em Gestão de Relacionamentos e Comunicação